



■ Presidente p.5

“Mobiliza-nos o futuro”
do país



■ Regionais p.11

Atrair investidores
das comunidades
emigrantes açorianas

POVO LIVRE



nº 1931

13 de julho de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNO ESTÁ A DESPERDIÇAR UMA “OPORTUNIDADE HISTÓRICA”



■ O presidente do PSD no debate do “Estado da Nação”



Debate do “Estado da Nação”

Governo está a desperdiçar uma “oportunidade histórica”

O primeiro ano parlamentar da maioria de esquerda - PS, BE, PCP e PEV - ficou marcado pela reversão das reformas estruturais realizadas pelo anterior Governo, traduzindo-se num claro retrocesso para o país. Os sinais de degradação económica são evidentes: crescimento débil; endividamento crescente do Estado; estagnação do emprego; diminuição da poupança. Nove meses de Governo e o virar de página prometido significa regresso às políticas da “década perdida”. Um modelo económico assente na teimosia ideológica, inviável e condenado a prazo (a devolução de rendimentos que iria estimular a procura e a atividade económica não surtiu efeito).

No debate do “Estado da Nação”, no parlamento, 7 de julho de 2016, o presidente do PSD considerou que o Governo e a maioria fizeram tudo ao contrário e desperdiçaram uma oportunidade histórica de recuperação do país. “Senhor primeiro-ministro, os responsáveis desta maioria carregarão o fardo de terem desperdiçado a oportunidade histórica que o país tinha de recuperar de uma situação muito difícil, que mais de uma década de políticas erradas nos ia conduzindo à insolvência”, declarou Pedro Passos Coelho.

Dirigindo-se a António Costa, o líder social-democrata acrescentou: “Desbaratou, portanto, condições para forjar um crescimento sustentável e atirou pela janela aquilo que a muito custo os portugueses com sacrifícios fizeram para mostrar a sua marca de credibilidade e de determinação para vencer no futuro”.

No início da intervenção, Passos Coelho cumprimentou o primeiro-ministro “por ter até hoje tido uma maioria que no essencial se tem mostrado coesa e operativa”. Disse-lhe ainda que espera “que a sua maioria, além de



coesa, coerente e operativa, se venha a revelar também estável e duradoura”. “Mas, sendo estável e duradoura, coisa que só está nas vossas próprias mãos, não conduzirá o país a uma situação melhor se continuar a fazer de conta que vivemos em campanha eleitoral”, referiu.

Pedro Passos Coelho recordou os anteriores quatro anos e meio de governação PSD/CDS-PP. Referiu que saiu das eleições legislativas de 2015 com “o melhor resultado eleitoral de cada uma das forças que se apresentou a sufrágio” e teve o gesto de “convidar o doutor António Costa para o Governo do país”: “Sabia, nessa altura, que era importante não desperdiçar as oportunidades que tínhamos para futuro e garantir o mais possível que enfrentaríamos os riscos externos cobrindo-nos com um escudo estável e coerente”.

Quanto à atual governação do PS, suportada por acordos de incidência parlamentar com Bloco de Esquerda, PCP e “Os Verdes”, o presidente do PSD defendeu que “o país está a andar para trás”. Passos Coelho acusou o Governo de, fixado “na retórica da inversão da austeridade”, governar em função do curto prazo e de forma imprudente: “O desendividamento não chegou a acontecer - os últimos dados mostram um endividamento crescente do Estado. As reformas estruturais importantes, e para as quais era preciso tanta paciência para se observarem resultados, têm sido revertidas, e outras com promessas de reversão. O investimento tem caído a pique. O emprego ou estagna ou destrói-se”, apontou.

“Exacerbamos riscos orçamentais, adiamos despesa”, prosseguiu.

O presidente do PSD alegou que “o crescimento tem menos vigor do que há um ano” e que “a poupança tem regressado a níveis dos mais baixos de sempre”.

Sucessivamente acusado de antipatriotismo, o líder do PSD prescindiu do mecanismo habitual nestas situações que permite a um parlamentar pedir a defesa da honra da bancada. Numa segunda intervenção, Passos

Coelho acabou por levantar a bancada social-democrata e receber um longo e merecido aplauso de pé: “Nós podemos ter muitas divergências políticas, não estar de acordo com decisões que tomámos. A velocidade com que fazem processos de intenção, seja do líder da sua bancada, seja de outros intervenientes, é algo deplorável”, mencionou. E dirigindo-se à bancada do PS, o líder social-democrata afirmou nunca ter acusado os socialistas de serem “menos patrióticos” quando debateu o processo de pré-bancarota: “Isso, sim, representa o grau zero da política”.

Metas orçamentais para 2016 estão em risco

O presidente do PSD manifestou duvidar que o executivo socialista consiga alcançar as metas orçamentais estabelecidas para este ano, considerando contudo que ainda é prematuro falar de sanções relativamente a 2016. “Eu não acredito que o Governo atinja as metas a que se propôs”, afirmou Passos Coelho, no debate do “Estado da Nação”, no parlamento, depois de já ter considerado “prematuro” discutir neste momento a questão da possível existência de sanções relativamente a 2016.

O líder da oposição apelou para que os membros do Governo se abstenham de lhe lançar críticas sobre qualquer espécie de antipatriotismo devido a estas afirmações, num discurso inflamado que levou os deputados das bancadas do PSD e do CDS a levantarem-se e a aplaudi-lo com veemência.

Passos Coelho tinha aproveitado para responder a António Costa, que se tinha manifestado surpreendido pelo facto de o ex-primeiro-ministro não o ter questionado sobre a posição da Comissão Europeia que tinha acabado de ser divulgada. “O senhor primeiro-ministro mostrou-se surpreendido por eu não me ter referido à questão das sanções, mas o senhor primeiro-ministro, no seu discurso, não se referiu a esta matéria”, sublinhou.

E destacou: “Até 2105 não há nenhuma justificação para que haja aplicação de sanções a Portugal”.

Passos Coelho venceu que, sem as intervenções extraordinárias no setor financeiro, o défice em 2015 teria sido de 2,8% e não de 4,4%, como se verificou. “Podemos ter muitas divergências políticas, mas eu nunca lancei processos de intenção”, sublinhou, considerando que o discurso de Carlos César representa o “grau zero do debate político”, frisou Passos Coelho.

“Governar não é ‘geringonçar’”

No encerramento do debate sobre o Estado da Nação, Luís Montenegro foi perentório a afirmar que “sete meses depois de este Governo ter tomado posse, o país está pior e a vida das pessoas não está melhor”. Segundo o presidente do grupo parlamentar do PSD, com este Governo “Portugal perdeu confiança, Portugal abrandou o ritmo de crescimento da economia, o investimento está a definhar, Portugal perdeu emprego, Portugal abrandou as exportações, Portugal está mais exposto aos riscos e às incertezas”.

Luís Montenegro afirmou que este Governo, que emanou não da vontade popular, mas da vontade dos parlamentares, tem condições para Governar, adiantando que o facto de a “geringonça” funcionar traz a Portugal um problema maior: as consequências dessa governação. “O problema é que governar não é geringonçar, isso é pouquinho. Governar não é sobreviver, isso é pouquinho. Governar é alterar a situação do país e levar um efeito positivo à vida das pessoas. Governar é ter resultados e não governa bem quem reverte as reformas. Governar não é afugentar os investidores”.

Depois de alertar para as divergências entre o Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças em matérias da área financeira, para o complexo ideológico da esquerda-radical nas políticas sociais e para a estatização que a esquerda está a implementar, Luís Montenegro concluiu a sua intervenção afirmando que “o PS não deitou o muro a baixo, o PS saltou o muro para o lado de lá e deve assumir essa responsabilidade e as consequências”.





O líder da bancada parlamentar do PSD acusou o PS de estar de “volta à estatização da economia e dos serviços públicos”, e de o Governo ser o “mais estatizante do pós-PREC [Processo Revolucionário em Curso] porque o BE e o PCP exigem e o Governo quer e escolhe as políticas propostas pelo PCP e pelo BE”: “O Estado da Nação é o seguinte: o PS não deitou o muro abaixo, o PS saltou o muro para o lado de lá, deve assumir essa responsabilidade”, declarou.

O líder da bancada parlamentar do PSD tinha lançado outra provocação aos socialistas: “O PS syrizou-se”, considerando que o Tsípras português é “diferente do original” porque nunca ganhou eleições e aliou-se à esquerda. Luís Montenegro tinha ainda considerado que “o facto de a geringonça funcionar traz a Portugal um problema maior que são as consequências da governação apoiada por pela “geringonça”.

Na opinião do líder parlamentar do PSD, “governar é ter resultados”, adiantando que “não governa bem quem reverte as reformas mesmo antes de ter paciência para poder verificar os seus efeitos”. Luís Montenegro aproveitou ainda o dossiê Caixa Geral de Depósitos para fazer mais um ataque ao Governo, “e o ministro das Finanças em particular”, que, diz, se tem “comportado como um pirómano, que vai veiculando notícias às pinguinhas para a comunicação social”.

Por sua vez, o deputado do PSD José Pedro Aguiar-Branco questionou o que pensaria o histórico líder do PCP Álvaro Cunhal sobre o apoio dos comunistas ao atual Governo PS, afirmando que os comunistas passaram de “rezingões a resignados”.

De acordo com o regimento, o debate do “Estado da Nação” constitui “um debate de política geral, iniciado com uma intervenção do primeiro-ministro sobre o Estado da Nação, sujeito a perguntas dos grupos parlamentares, seguindo-se o debate generalizado que é encerrado pelo Governo”.

Às 15h00 de quinta-feira, 7 de julho, teve início o debate do “Estado da Nação”. Depois da intervenção inicial



de António Costa, os partidos tiveram direito a pedidos de esclarecimento e intervenções, pela seguinte ordem: PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN. De acordo com o “site” do parlamento, o primeiro pedido de esclarecimento de cada partido poderia ter a duração de cinco minutos e os restantes de dois e o primeiro-ministro responderia “individualmente, sem direito de réplica, a cada um dos primeiros pedidos de esclarecimento, e em conjunto, se assim o entender, aos restantes pedidos dos grupos parlamentares”. O encerramento do debate coube ao Governo,

tendo para tal um período de dez minutos. No debate do “Estado da Nação” de 2015, quatro anos depois de ter chegado ao Governo e de ter conseguido uma “saída limpa” do programa de ajuda externa a que Portugal esteve sujeito entre 2011 e 2014, no ano passado Passos Coelho subiu à tribuna da Assembleia da República para, em jeito de balanço da legislatura, defender que tinha ficado demonstrado que o Governo seguiu a estratégia acertada para proteger os portugueses.

Pedro Passos Coelho em Ansião

“Mobiliza-nos o futuro” do país

Pedro Passos Coelho afirmou que não vê “fundamento nenhum” para que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) precise de uma injeção de quatro ou cinco mil milhões de euros. O presidente do PSD frisou que conhece “o que se passa” nas instituições financeiras, não vendo por isso “nenhum fundamento para que a Caixa Geral de Depósitos” precise de um reforço de “quatro ou cinco mil milhões de euros”.

Na sessão de homenagem a antigos autarcas do PSD/Ansião, distrito de Leiria, Passos Coelho alertou para os receios, por parte da população, de que “alguma coisa não esteja bem na Caixa”, a que levam as notícias em torno da necessidade de injeção de capital no banco público, assim como para a possibilidade de levantar suspeitas, de que, se a CGD precisa de quatro mil milhões, então o sistema financeiro “há de precisar de 15, 20 ou 25” mil milhões de euros. “Não vejo nenhum fundamento para que se inspirem receios nas pessoas”, sublinhou o líder social-democrata, questionando também o facto de o Governo não desmentir as notícias sobre a necessidade de reforço na CGD.

Pedro Passos Coelho acusou ainda o Governo de atribuir “culpa” ao anterior executivo, ao lançar a “bomba” de que houve um desvio de três mil milhões de euros na Caixa, relativamente ao seu plano de negócios: “Esta maneira de fazer política revolta-me”, criticou, enfatizando que o Governo está a “induzir as pessoas em erro”, usando os seus lugares para “salvar a sua pele”, sem pensar na estabilidade financeira do país.

De acordo com Passos Coelho, o atual Governo procura “denegrir tudo e todos”, como uma forma de disfarce de uma “má política”.

O PSD “será decisivo num futuro próximo para que Portugal possa retomar um caminho de confiança”. Após uma palavra de apreço e consideração a todos os autarcas que ajudaram o PSD a construir um caminho seguro e alargado a nível do poder local, Pedro Passos Coelho realçou o contributo de todos: “O que queremos é fazer história para o futuro, porque o futuro é o que está à nossa frente e é isso que nos mobiliza”, disse.

Comentando a ação do Executivo, Pedro Passos Coelho considera que “com este Governo voltou a arte da simulação, da ocultação e do disfarce. O atual executivo não pensa no interesse nacional, no interesse de todos os portugueses. Nós que saímos do governo queremos meter tudo em pratos limpos. Os que estão agora no governo não usam os seus lugares para criar estabilidade no país mas sim para salvar a sua pele”, realçou.

Pedro Passos Coelho discursou no final do jantar conchelho do PSD/Ansião, que se iniciou por volta das 21h00 de sábado, 9 de julho, e terminou depois da meia-noite.





Pedro Passos Coelho esteve na Feira de Artesanato do Estoril

Pedro Passos Coelho efetuou, dia 6, uma visita à Feira de Artesanato do Estoril (a FIARTIL), onde assistiu ao jogo de futebol Portugal-País de Gales. “É uma feira com relevância regional”, destacou o presidente do PSD, durante a visita ao certame.



Seleção deu “uma grande alegria” aos portugueses

O presidente do PSD felicitou a “equipa fantástica” de Portugal que venceu no domingo o campeonato europeu de futebol, considerando que este “é o momento dos jogadores e técnicos” que “deram uma grande alegria” aos portugueses. Pedro Passos Coelho - que no domingo, 10 de julho, esteve em Paris, França, para assistir à final do europeu de futebol - afirmou que “este é o momento dos jogadores e de toda equipa técnica” que “deram uma grande alegria a todos os portugueses”: “É realmente um momento fantástico que esperamos que se repita. Esta equipa foi fantástica”. Portugal sagrou-se no domingo campeão da Europa de futebol, pela primeira vez na história, ao bater na final a anfitriã França por 1-0, após prolongamento, em encontro disputado no Stade de France, em Saint-Denis.



José Matos Rosa em Estarreja

O secretário-geral do PSD esteve na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD e da JSD Estarreja, sexta-feira, 8 de julho de 2016.



PSD questiona Governo sobre detalhes da expansão de linhas do Metro do Porto

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito Porto anunciaram que vão questionar o Governo sobre os detalhes do alargamento da rede do Metro do Porto previsto no projeto de resolução do PCP aprovado por unanimidade no Parlamento. “Os deputados do círculo do Porto do PSD, acreditando que a aparente negociação entre o PCP e o Governo sobre a matéria, não se configura numa manobra política com vista às Autárquicas de 2017, sem qualquer efetiva intenção de concretização, vão submeter uma pergunta ao Governo”, revelou a distrital do PSD/Porto, em comunicado.

O PSD pretende saber “todos os detalhes relativos a este alargamento da rede do Metro do Porto, nomeadamente o total de investimento estimado em cada uma das linhas, a calendarização do investimento e execução, bem como as fontes de financiamento do mesmo”.

“Na sequência do Projeto de Resolução sobre o Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D’Este (Vila Nova de Gaia), apresentado pelo PCP e aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, o Partido Social Democrata aguarda com expectativa a sua concretização”, acrescenta o PSD.

Os sociais-democratas recordam que “desde sempre” se manifestaram favoráveis ao alargamento da Linha do Metro do Porto, “defendendo as necessidades da população do distrito” mas “salvaguardando uma postura financeiramente responsável”.

A Assembleia da República aprovou na quinta-feira, por unanimidade, uma proposta do PCP que recomenda ao Governo o prolongamento das linhas do Metro do Porto em Gaia, Gondomar e Trofa. A recomendação defende o início da construção da ligação do ISMAI à Trofa, no prolongamento da Linha C, até ao final de 2017 e “que sejam tomadas as medidas necessárias para a planificação que conduza ao prolongamento da Linha D (Amarela) até Vila D’Este (Vila Nova de Gaia) e da Linha F (Laranja) até Gondomar. O Plano Nacional de Reformas prevê uma expansão total de nove quilómetros nas redes nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, num investimento total de 400 milhões de euros.



Requalificação da Praça Francisco Sá Carneiro

O PSD apresentou uma proposta de recomendação para requalificar a Praça Francisco Sá Carneiro, no Areeiro, em Lisboa. A bancada municipal do PSD pretende que a Câmara de Lisboa (de maioria socialista) “confronte, mais uma vez, o Metropolitano de Lisboa exigindo que esta empresa inicie, de imediato, a obra à superfície e a termine num prazo máximo de seis meses, assumindo a sua responsabilidade neste processo”.

A recomendação prevê também que o município “proceda, quanto antes, às diligências necessárias para a concretização da requalificação do espaço público da Praça Francisco Sá Carneiro, sem mais adiamentos”, por forma a realizar a obra “até ao final do presente ano”. Os sociais-democratas pedem que o projeto para requalificação do espaço público seja executado “respeitando os munícipes e devolvendo a esta praça a dignidade que merece”.

No texto da recomendação, os deputados municipais lembram que em “2013 foi aberta a saída da zona sul [da estação de metro do Areeiro], tendo originado a mudança de estaleiro para a zona norte da praça”.

A conclusão dos trabalhos de ampliação daquela estação da linha verde de metro começou em 2007, “estando prevista a conclusão integral dos trabalhos para o ano de 2011”, o que não aconteceu. “Durante dois anos (2013 a 2015), na zona norte da praça foi mantido um estaleiro sem qualquer laboração, nem apoio, num espaço público, ocupando cerca de um quarto da área daquela zona”, regista a recomendação.

Os deputados apontam também que o “lixo acumulado, o mau cheiro que exalava e o desenvolvimento de colónias de insetos e roedores constituíram um enorme risco para a saúde pública, com tudo o que isso possa implicar”. “Tal situação, para além de todos os inconvenientes decorrentes, prejudicou toda a atividade do comércio local que se pretende defender, transtornando a vida de todos quantos habitam, trabalham e usufruem daquele território”, sublinham.



PSD/Castelo de Paiva quer demissão de vereador socialista

O PSD de Castelo de Paiva considera que o vereador socialista José Manuel Carvalho não tem condições para se manter no cargo, por, segundo o Ministério Público (MP), ter adulterado a data de um documento da autarquia. “Face a todos estes muito graves acontecimentos, o presidente do PS e vereador José Manuel Carvalho não tem condições éticas, morais e políticas para continuar a exercer o cargo que desempenha”, lê-se num comunicado social-democrata.

Reclamando a demissão do vereador, o PSD alude ao facto de o MP ter proposto a suspensão provisória do processo instaurado contra aquele autarca socialista, acusado de um crime de falsificação de documento.

Num documento do processo consultado pela agência Lusa, refere-se que o autarca aceitou pagar 1.200 euros ao Estado para conseguir a suspensão do processo por oito meses, cabendo agora a um juiz de instrução criminal determinar se deve aceitar ou rejeitar a proposta do MP. Em causa está, neste processo, a adulteração da data do despacho de nomeação da equipa que procedeu à alteração do Plano de Urbanização da Vila de Castelo de Paiva.

O vereador do Ordenamento do Território e Urbanismo colocou no documento a data de 02 de dezembro de 2011, mas uma perícia informática realizada pela Polícia Judiciária concluiu que o mesmo foi criado em 2013.

Segundo a acusação, o vereador adulterou a data do documento para “fazer crer ter havido uma nomeação formal da referida equipa, a qual apenas foi designada verbalmente”.

Para José Rocha, presidente do PSD de Castelo de Paiva, “é igualmente grave” a posição assumida pelo presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, por ter afirmado estar ao lado do seu vereador. O PSD quer saber a razão pela qual o vereador socialista aceitou pagar 1.200 euros para “fugir ao julgamento, abdicando da defesa”.

“O PSD de Castelo de Paiva vai manter a sua exigência e continuar a acompanhar o processo politicamente e criminalmente”, lê-se ainda no comunicado.

Governo furta-se a responder a perguntas sobre a Caixa



Para o PSD, o primeiro-ministro está “faltar ao respeito” ao parlamento e aos portugueses ao dar uma “não resposta” às 30 perguntas feitas pelos sociais-democratas em junho, sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD). “Esta não resposta do primeiro-ministro às perguntas feitas pelo PSD demonstram um padrão de comportamento (...) de falta de respostas ao parlamento e portugueses sobre o sistema financeiro”, declarou Hugo Soares, vice-presidente da bancada do PSD e coordenador do PSD na comissão parlamentar de inquérito à Caixa.

Em causa estão 30 perguntas endereçadas a 14 de junho ao primeiro-ministro sobre a CGD e o seu processo de recapitalização, tendo o PSD recebido na quinta-feira uma missiva do gabinete de António Costa, e no qual é reiterado pelo chefe do Governo que no atual momento de negociação a nível internacional “é extemporâneo comentar especulações mediáticas e, conseqüentemente, condicionar a capacidade negocial do acionista”.

“Isto demonstra de facto um padrão de falta de respeito pelo parlamento e diria também pelos portugueses, que merecem e exigem estas respostas. Este comportamento justifica cada vez mais a comissão de inquérito”, acusou Hugo Soares.

O deputado voltou a sinalizar a “urgência” do PSD em ouvir na comissão o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, o presidente demissionário da Caixa, José de Matos, e o ministro das Finanças, Mário Centeno.

Por sua vez, o deputado António Leitão Amaro afirmou que Mário Centeno “veio aumentar a incerteza e a insegurança sobre a CGD quando veio falar de desvios de um plano de negócios de 3.000 milhões de euros”, lamentando que, “ao contrário do que devia ter feito, o ministro das Finanças não respondeu e não informou quais são as necessidades de financiamento da Caixa”.

O deputado do PSD elencou ainda uma série de informações que o governante “não disse e devia ter dito”, nomeadamente que “eventuais diferenças face a previsões de rentabilidade se devem à queda significativa da Euribor, que é muito boa para os portugueses que têm créditos à habitação, mas que esmaga a margem financeira dos bancos”, que “foram reconhecidas imparidades para limpar os créditos que foram gerados de forma irresponsável na década de 2000” e que, “nos últimos quatro anos, a Caixa melhorou a sua situação”.

“Quando precisávamos que o Governo trouxesse confiança e transparência, o Governo veio, pela voz do ministro das Finanças, criar um facto que é falacioso e que deixa uma dúvida e uma incerteza que não faz sentido. Esta história de hoje [o desvio de 3.000 milhões de euros identificado no plano de negócios] não corresponde a um buraco na Caixa”, referiu Leitão Amaro.

A constituição da comissão de inquérito sobre a gestão e recapitalização do banco público foi imposta por PSD e CDS-PP, através de um requerimento potestativo. Os parlamentares da comissão tomaram posse na semana passada.

Atrair investidores das comunidades emigrantes açorianas



O candidato do PSD/Açores a presidente do governo regional, Duarte Freitas, afirmou que pretende incutir uma “dimensão económica” no relacionamento com a diáspora, de modo a atrair investidores das comunidades emigrantes açorianas. “Esta reunião teve a ver com a dimensão económica que, como presidente do governo, quero incutir no relacionamento com a diáspora”, afirmou Duarte Freitas, após uma reunião com a Associação dos Emigrantes Açorianos, 11 de julho.

O líder dos social-democratas açorianos referiu que, “além da componente cultural e histórica do relacionamento que temos com a diáspora, queremos implementar no futuro esta componente e dimensão económica”. “Esta dimensão económica trará vantagens para os Açores, com a captação de investimento externo, e a Região precisa muito desse investimento. Mas terá também vantagens para quem vive na nossa diáspora, porque os Açores têm muito potencial em termos comerciais e são uma porta de entrada para a União Europeia”, disse.

Duarte Freitas anunciou que tenciona promover o desenvolvimento de núcleos empresariais junto das comunidades emigrantes e implementar medidas que assegurem a “desburocratização e facilitação” do investimento externo nos Açores.

“Esta vertente económica pode ser extraordinariamente importante para a captação de investimento externo e para as nossas exportações, com benefícios mútuos, quer para os açorianos que vivem nas nossas ilhas, quer para os açorianos que vivem na diáspora e que já têm algum trabalho desenvolvido na área económica e comercial”, frisou.

O candidato do PSD/Açores a presidente do governo reafirmou ainda a sua intenção de integrar a direção regional das Comunidades na pasta da Economia, garantindo que, “para além da componente histórica e cultural no relacionamento com a diáspora, se possa implementar uma dimensão económica”.

“Trata-se de um relacionamento próximo em que queremos aproveitar sinergias entre a diáspora e os Açores, captando investimento dos nossos emigrantes, desde logo para a Região, e criando também oportunidades para que os produtos açorianos possam exportados para os Estados Unidos e Canadá”, sintetizou.

Governo regional apoia nova fábrica da COFACO no Pico?



O PSD/Açores questionou, dia 6, o governo regional sobre a construção de uma nova fábrica da COFACO na ilha do Pico, querendo saber “que tipo de diligências foram feitas para concretizar esse objetivo. Afinal, o governo regional vai ou não apoiar a empresa COFACO na construção de uma nova fábrica no Pico?”, pergunta o deputado Cláudio Lopes.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata recorda que, em 2010, “o então presidente, Carlos César, afirmou, vincadamente, na inauguração dos edifícios de apoio às pescas no Porto da Madalena, o apoio do Governo à construção de uma Nova Fábrica da COFACO”.

“Passados alguns meses, os deputados do PSD eleitos pelo Pico – Duarte Freitas e Cláudio Lopes – questionaram o governo sobre a forma desse apoio e a fase em que se encontrava o respetivo projeto. Reconhecendo a importância da indústria conserveira na economia açoriana, o Governo Regional referiu que disponibilizaria apoio, no quadro comunitário em vigor, para a construção de uma nova fábrica, e ainda reforçaria a taxa de apoio público até 75% a fundo perdido no regime de apoio aos investimentos para aquele fim”, explica.

“Foi-nos também dito que a COFACO era a entidade promotora do investimento, e que estava a desenvolver o projeto. A tutela esclareceu igualmente que a calendarização da obra seria definida pela entidade promotora do investimento, durante a vigência do referido quadro comunitário de apoio”, acrescenta Cláudio Lopes.

Cláudio Lopes lembra que “já vigora na região, há mais de dois anos, um novo Quadro Comunitário de Apoio. E há uma necessidade clara da COFACO ter instalações adequadas e bem apetrechadas no Pico, para laborar e corresponder às exigências do mercado”, sublinha.

“Não podemos esquecer que a indústria conserveira se move num mercado altamente competitivo e concorrencial. E que a modernização estrutural e tecnológica da fábrica da COFACO é uma necessidade premente e bem patente, se atendermos ao seu atual estado”, afirma o social-democrata.

Cláudio Lopes critica o governo regional “pela passividade aparente em todo este processo” e por “uma vez mais, não cumprir as promessas feitas no Pico, ilha onde há mais de cinquenta anos se instalou a empresa COFACO, que tem um papel relevante papel na vida social e económica local. Durante cinco décadas, assegurou centenas de postos de trabalho, e isso tem de ser tido em conta”, concluiu.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1022 • 24 DE MAIO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira nas Jornadas Parlamentares

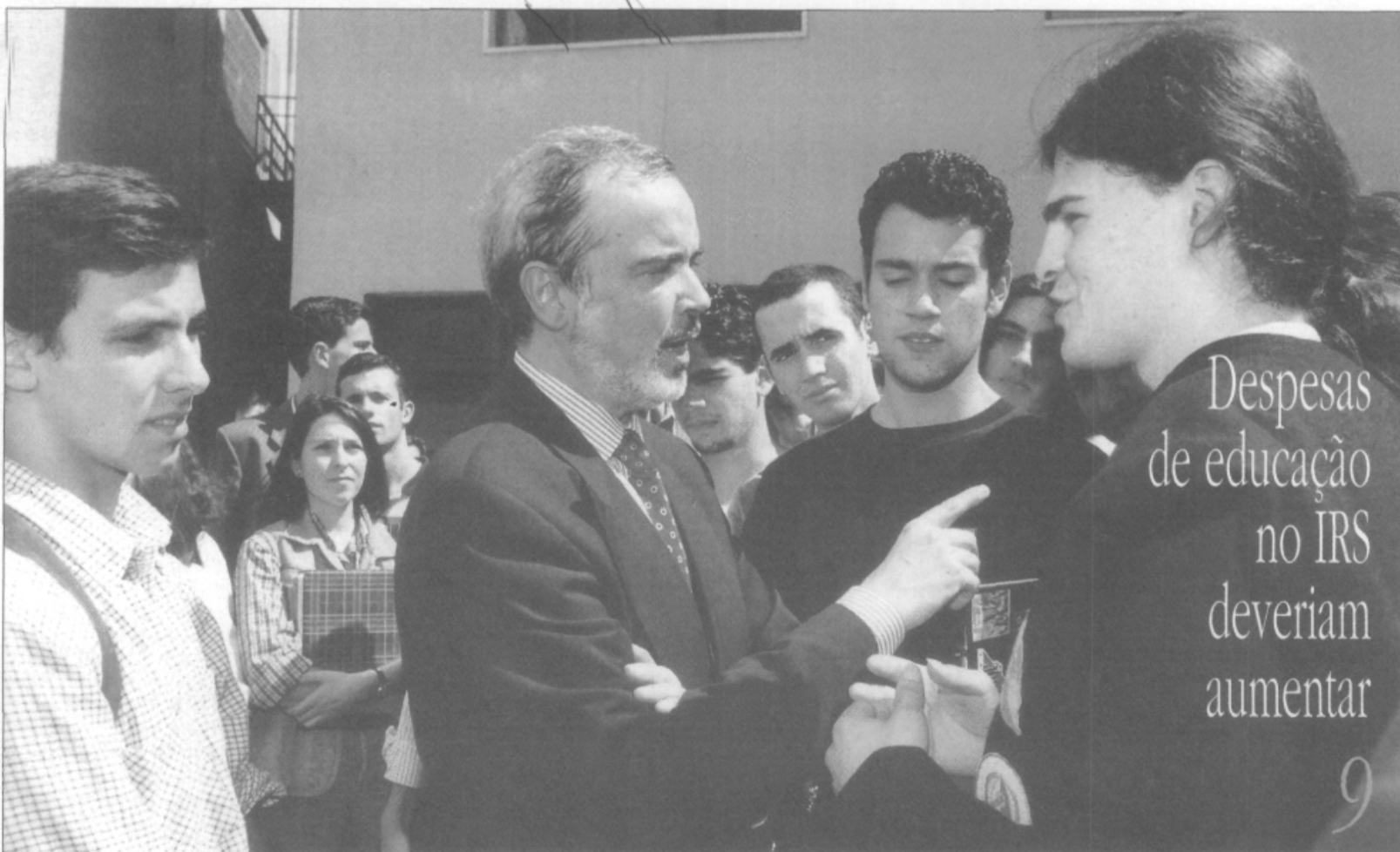
É o futuro que nos importa

- O PSD é o verdadeiro portador da esperança para o povo português
- Quero um Partido mobilizado não adormecido

5

António Capucho
aprova relatório
sobre Conferência
Intergovernamental
de 1996 12

Durão Barroso em Amarante
Só o PSD sabe
nadar na onda que
está a chegar 9



Fernando Nogueira foi fazer uma palestra à Universidade Autónoma de Lisboa mas dedicou a maior parte do tempo a partilhar com os estudantes a sua «visão do futuro»

Edição n.º 1022 do "Povo Livre", de 24 de maio de 1995. Manchete: "Fernando Nogueira nas Jornadas Parlamentares: É o futuro que nos importa". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

A brincar com a Educação

Marco António Costa (*)

Não há outra forma de caracterizar a atuação do atual ministro da Educação. O hesitante “jovem”, como paternalmente o dirigente da Fenprof o caracteriza e o desculpa, tem brincado a ser ministro da Educação. Com isso, introduziu instabilidade e imprevisibilidade no sistema educativo, quebrou linhas de continuidade da política educativa, pôs em causa o princípio da confiança e criou um clima de confrontação social junto das escolas, das famílias e dos alunos. Sem uma ideia ou outro propósito que não o de expressamente “arrasar” com as políticas de Nuno Crato, o ministro acumula trapalhadas, tropeça a cada despacho, a cada intervenção, numa política sem rumo certo que, infelizmente para o sistema educativo português, poderá pôr em causa o muito que foi alcançado nas últimas décadas.

E muito foi alcançado, apesar do difícil período económico e financeiro que o país atravessou e que com sucesso ultrapassou. Só com as políticas implementadas nos últimos cinco anos registámos a maior descida da taxa de abandono precoce alguma vez registada, de 28,3% em 2010 para 13,7% em 2015; a taxa de escolarização e a taxa de conclusão no ensino secundário aumentaram; valorizou-se e reforçou-se o ensino profissionalizante, com mais formação em contexto de trabalho e novos percursos ajustados aos perfis dos alunos; foram colocados mais funcionários nas escolas, só no ano passado foram contratados quase mais 3000; foram vinculados aos quadros do ministério mais de 4200 professores, uma média de mil por ano, combatendo assim a precariedade; foi reforçada a rede de serviços de psicologia e contratados mais psicólogos; foram criadas mais unidades de apoio especializado e mais centros de recursos para a inclusão; foi, determinado o reforço em mais 16M em financiamento para o ensino artístico, verbas a que este governo não adicionou um cêntimo no OE de 2016; foi estabelecido a universalidade do ensino pré-escolar para as crianças de 4 anos e prevista uma calendarização para a implementação da universalidade aos 3 anos; foi criado o Portal Infoescolas e desenvolvido o sistema de modernização administrativa do Ministério da Educação; foi implementado o programa de remoção de placas de fibrocimento, agora interrompido por este governo, e que permitiu a intervenção em mais de 300 escolas do país; deu-se continuidade, com muito maior contenção dos custos e diminuição das rendas pagas pelas escolas, ao programa de requalificação das escolas secundárias pela Parque Escolar - só no distrito do Porto, entre julho de 2011 e finais de 2015, foram concluídas ou estão em fase de conclusão 11 escolas, e previsto o início das obras na Escola Secundária de Padrão da Légua para entrega em 2017; e poderia continuar... tudo isto os partidos que atualmente suportam e aplaudem o governo designavam de instabilidade e destruição da escola pública.

O atual ministro poderia ter optado por adotar políticas gradualistas e incrementalistas, à luz do que foram as práticas de Marçal Grilo, David Justino e Nuno Crato, não o fez. Errou!

E, ao invés, o que realmente temos em seis meses de (des)governança na educação? Escolas e famílias foram confrontadas, num mesmo ano letivo, com três modelos de avaliação diferentes. Desaparecimento da possibilidade de certificação internacional na língua inglesa no 9.º ano. Desaparecimento da oferta do ensino vocacional no básico, que avaliações externas consideravam muito positiva e aconselhavam a sua continuidade. Sob o falso argumento da inclusão, aumento do número de alunos por turma nas turmas com alunos NEE.

E agora, ignorando o interesse das famílias e dos alunos, alheios “O hesitante jovem; como paternalmente



o dirigente da Fenprof o caracteriza e o desculpa, tem brincado a ser ministro da Educação” aos impactos sociais e económicos nas comunidades locais, num súbito e muito seletivo arrebatamento e zelo pelo dinheiro do contribuinte, põe em causa o princípio da confiança e o bom nome do Estado nos seus compromissos plurianuais com o Ensino Particular e Cooperativo, que resultaram, recorde-se, de um concurso transparente e público, ao contrário do que anteriormente acontecia

O que tem tudo isto em comum? Imprevisibilidade, precipitação e insensibilidade social. O que recebemos

em troca? Na verdade, nada, cem das vagas para vinculação de professores aos quadros, o potencial despedimento de milhares de professores e funcionários do ensino particular e cooperativo, uma estrutura de missão, um apelo implícito ao facilitismo, uma desvalorização do Português e da Matemática, muita demagogia e intenções e sobretudo muitas, muitas incertezas e incógnitas.

Se isto não é brincar com a educação e com os portugueses...

(*) Vice-Presidente do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**CINFÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir, no próximo dia 16 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Outros assuntos

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2016 (sábado) pelas 21h00 na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 19 de Julho de 2016 (terça-feira) pelas 21h00, no Salão do Grupo Desportivo Unidos Caxienses, sito na Av. João de Freitas Branco 16 - Caxias, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 17 de Agosto de 2016, (quarta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua "O Penafidense", 9 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção
- a) - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
 - b) - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00.às 23h30

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 20 de Julho de 2016 (quarta- feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua do M. F. A., nº 11, - Amora, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política - partidária

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir no próximo dia 22 de Julho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita na Rua 9 de Abril, 1-3.º Dto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Autárquicas 2017

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 22 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

**II - CONSELHO NACIONAL 2016**

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **20 de Julho, 4ª feira às 21H00, no Hotel Sana, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte**

Ordem de Trabalhos**Ponto 1:** Informações;**Ponto 2:** Aprovação de Regulamentos:

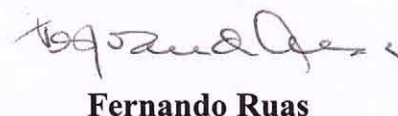
2.1 Aprovação do Regulamento do Conselho Estratégico, Artigo 78º nº1 dos Estatutos, por proposta da CPN nos termos e para os efeitos do Artigo 18º nº 2 alínea K) dos Estatutos;

2.2 Aprovação do Regulamento da Comissão Coordenadora Autárquica, por proposta da CPN, ao abrigo do disposto do Artigo 21º nº 1 dos Estatutos;

Ponto 3: Autárquicas 2017 - aprovação dos Princípios de Orientação Estratégica, por proposta da CPN, nos termos e para os efeitos do Artigo 21º nº 2 alínea i) dos Estatutos;

Ponto 4: Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa do Congresso


Fernando Ruas

Lisboa, 5 de Julho 2016



CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 20.º do Regulamento Interno Distrital, serve o presente para convocar uma reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 17 de julho, domingo, pelas 17h00, na Capela do Castelo da Sertã, sita Miradouro do Castelo, Rua Dr. Romão de Mascarenhas, 6100 Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

TRANCOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Trancoso, para o Plenário a realizar no próximo dia 13 de Agosto de 2016 (Sábado) pelas 20:30 horas no Clube Trancosense sito na Rua do Conde de Tavarède, 6420-137 Trancoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Trancoso.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre no Clube Trancosense sito na Rua do Conde de Tavarède, 6420-137 Trancoso.

As urnas estarão abertas entre as 20:30 horas e as 22:30 horas.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos

aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Loulé, para reunir no próximo dia 13 de Agosto (Sábado), pelas 17h00, na Sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD Loulé.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 17h00m às 19 horas.

1º FÓRUM DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Cooperar e inovar para servir os portugueses

CONVITE

SÁBADO, 16 JULHO

FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA
AV. DA BOAVISTA 4245 - PORTO

Caro(a). Companheiro(a),

O PSD realiza no próximo dia **16 de Julho**, sábado, pelas 10h00, na **Fundação Cupertino de Miranda** (Av. da Boavista 4245, Porto) o **1º Fórum de Políticas Sociais**.

O evento contará com um conjunto de sessões de reflexão sobre os desafios que Portugal enfrenta no âmbito das políticas sociais: Educação / Saúde / Segurança Social.

O PSD pretende continuar a trabalhar na construção de políticas sociais inovadoras, sustentáveis e construídas no âmbito de uma cooperação com as organizações da sociedade civil.

Assim contamos com a Sua presença e contributo para esta desafiante tarefa.

Com os melhores cumprimentos,

José Matos Rosa

Secretário-Geral do PSD

